

Piauí libera pedágio para caminhões com carga vazia

A implantação da isenção seguirá uma fase piloto, a ser concluída em até 120 dias.

O governo do Piauí, por intermédio da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados (Agrespi), publicou resolução que isenta da cobrança de pedágio a parcela correspondente aos eixos suspensos de veículos de transporte de carga que, comprovadamente, estiverem circulando vazios nas rodovias concedidas no Piauí.

De acordo com a resolução, fica isento o veículo em que for comprovado, pelo menos, dois dos seguintes critérios: avaliação visual por agente credenciado; Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) devidamente encerrado, ou Documento Auxiliar do MDF-e (DAMD-FE); e/ou aferição do peso bruto total do veículo. Esses procedimentos técnicos foram definidos para assegurar maior confiabilidade na identificação dos caminhões que trafegam sem carga, garantindo a correta aplicação do benefício.

A implantação da isenção deverá seguir um cronograma mínimo, que inclui fase piloto em pelo menos uma praça de pedágio, a ser concluída em até 120 dias a contar da publicação da resolução, e operação integral em todas as praças de pedágio em até 180 dias após a conclusão da fase piloto. Durante esse período,



Ascom PI

A implantação da isenção deverá seguir um cronograma

concessionárias responsáveis pelas rodovias deverão realizar adequações tecnológicas e operacionais, incluindo treinamento de equipes e integração de sistemas de controle e fiscalização.

Fases de implantação

A resolução ainda esclarece que as fases de implantação poderão ser antecipadas, a critério do órgão competente ou da concessionária responsável, desde que atendidas as condições técnicas e operacionais necessárias à plena

implantação da isenção. Também está prevista a possibilidade de recurso por parte do usuário caso o benefício seja indeferido em alguma situação específica, garantindo transparência e direito de contestação.

A medida segue diretrizes estabelecidas na legislação federal que prevê a isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de carga que circulam vazios em vias terrestres concedidas. A regulamentação estadual busca alinhar os procedimentos

locais às normas nacionais e padronizar a forma de fiscalização adotada nas rodovias concedidas.

Segundo o governo estadual, a iniciativa busca garantir maior justiça tarifária ao setor de transporte de cargas, evitando que transportadores paguem por eixos que não estão sendo utilizados durante a circulação sem carga.

A medida também atende a demandas históricas do setor logístico e de transportadores autônomos, que defendem a adequa-

ção das tarifas às condições reais de uso dos veículos.

Além disso, a regulamentação estabelece responsabilidades específicas às concessionárias responsáveis pelas rodovias concedidas no estado.

Entre as obrigações estão a adaptação dos sistemas de cobrança, a ampliação do uso de tecnologias de leitura automática e a integração com bases de dados fiscais, permitindo maior eficiência na comprovação da condição de veículo vazio. A expectativa é que a medida contribua para reduzir custos operacionais do transporte rodoviário de cargas, setor considerado estratégico para o escoamento da produção e para o abastecimento de mercadorias no estado. A iniciativa também pode gerar impactos positivos na competitividade logística, ao alinhar o Piauí às práticas já adotadas em outras unidades da federação que regulamentaram a isenção para eixos suspensos. Com a regulamentação, o governo reforça o papel da Agrespi na fiscalização e no acompanhamento das concessões rodoviárias estaduais, garantindo o cumprimento das normas e assegurando equilíbrio entre os direitos dos usuários e as obrigações das concessionárias que administram os trechos.

Ceará paga reajuste aos professores

O governo do Ceará efetuou o pagamento do reajuste salarial de 5,4% destinado aos profissionais do magistério da rede pública estadual. A medida foi implantada na folha referente ao mês de março de 2026, com os valores creditados a partir de 1º de abril, incluindo o pagamento retroativo relativo aos meses de janeiro e fevereiro deste ano.

O reajuste contempla toda a carreira docente e beneficia cerca de 68 mil profissionais, entre professores efetivos, temporários, aposentados e pensionistas. O impacto financeiro anual da medida chega a R\$ 255.100.364,88, enquanto o investimento mensal é estimado em R\$ 21.421.479,83.

Além do reajuste geral, os profissionais contratados por tempo determinado também foram contemplados com atualização nos valores da Parcela Variável de Remuneração (PVR). Essa medida adicional representa impacto financeiro mensal de R\$ 607.722,99, o equivalente a apro-

ximadamente R\$ 6.684.925,88 ao longo de um ano.

A atualização salarial foi autorizada após aprovação de proposta encaminhada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Ceará (Alece), que garantiu a aplicação do reajuste de forma linear e retroativa ao início de 2026. A medida integra a política estadual de valorização do magistério e inclui a reestruturação do sistema remuneratório da categoria.

O percentual aplicado segue a atualização do piso salarial nacional do magistério público da educação básica, que em 2026 passou a ser de R\$ 5.130,63 para jornada de 40 horas semanais, com ganho real acima da inflação registrada no período anterior.

Segundo o Governo do Estado, a iniciativa reafirma o compromisso da gestão com a valorização dos profissionais da educação e com o fortalecimento da rede pública de ensino. A medida reconhece o papel estratégi-

co desempenhado pelos professores na formação dos estudantes e no desenvolvimento social.

Com o pagamento dos valores atualizados e dos retroativos, a gestão estadual busca assegurar a recomposição do poder de compra dos profissionais do magistério e garantir melhores condições de remuneração. A expectativa é que o investimento contribua para fortalecer a carreira docente e ampliar a qualidade do ensino ofertado nas escolas da rede estadual, mantendo a educação como uma das áreas prioritárias da administração pública. A iniciativa também acompanha a política de valorização profissional adotada nos últimos anos, que inclui investimentos contínuos em formação, melhoria das condições de trabalho e ampliação de oportunidades de progressão na carreira, com foco na permanência de profissionais qualificados nas salas de aula e na melhoria dos indicadores educacionais do estado.



Ascom CE

O impacto financeiro anual será de R\$ 255.100.364,88